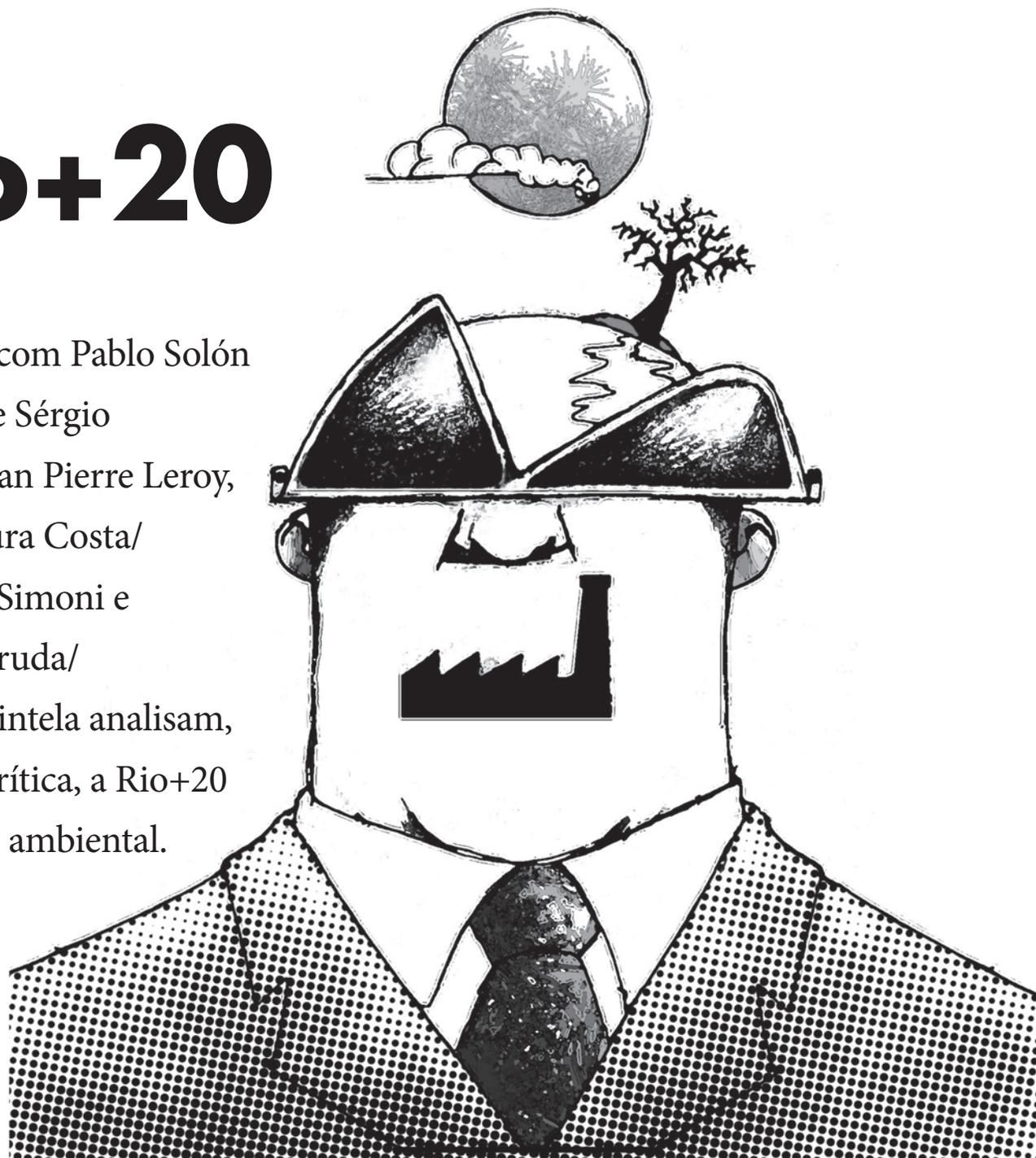


Rio+20

Entrevista com Pablo Solón e artigos de Sérgio Ricardo, Jean Pierre Leroy, Pedro Moura Costa/ Walter De Simoni e Marcos Arruda/ Sandra Quintela analisam, de forma crítica, a Rio+20 e a questão ambiental.



Aliedo

Fórum Popular do Orçamento realiza debate com Clarissa Garotinho, na série "O Rio tem Solução?".

Editorial

Rio+20

■ Diante da magnitude da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá no Rio de 20 a 22 de junho e reunirá chefes de Estado de vários países, o conselho editorial do JE optou por dedicar a edição de maio a uma reflexão crítica sobre este evento e a questão do meio ambiente.

Artigo do gestor e planejador ambiental Sérgio Ricardo abre o bloco temático da edição com a previsão de que a Rio+20 será um “fracasso político”, uma vez que as principais potências e as corporações não abrirão “mão de manter inalterado o *modus operandi* predatório e ambientalmente perverso de suas economias”.

Na sequência, o JE entrevistou, como sempre com exclusividade, Pablo Solón, ex-embaixador da Bolívia na ONU, importante liderança mundial da vertente do movimento ambientalista que critica os mecanismos financeiros para proteção do meio ambiente, a chamada Economia Verde. “A mesma desigualdade que os mecanismos de mercado provocaram a nível social, os mecanismos da Economia Verde causarão a nível ambiental,” afirma.

Jean Pierre Leroy, consultor da ONG Fase – Solidariedade e Educação, afirma em artigo que não devemos ter muita expectativa em relação à Rio+20. O contexto adverso de crise na Europa, eleições nos EUA e o fim de um ciclo de expansão do capital, avalia, fazem com que todos estejam mais preocupados com a manutenção dos privilégios e a busca incessante do “desenvolvimento”.

O artigo seguinte é assinado por Pedro Moura Costa, presidente da BVRio – bolsa de valores ambientais do Rio de Janeiro, e Walter de Simoni, superintendente de Economia Verde do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Os autores apresentam e fundamentam os mercados de cotas transacionáveis para ativos ambientais.

No fechamento do bloco temático, artigo de Marcos Arruda e Sandra Quintela, socioeconomistas do PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul), faz o contraponto ao texto anterior. Eles criticam a Economia Verde, que, afirmam, “consiste em completar o triângulo de poder do capitalismo: nos ângulos três mercadorias – o ser humano, as máquinas e agora a natureza – e no centro o capital”.

O artigo do Fórum Popular do Orçamento sintetiza o debate com a deputada estadual Clarissa Garotinho, que aconteceu em 26 de abril na sede do Corecon-RJ, como parte da série de encontros “O Rio tem Solução?”.

SUMÁRIO

- 3 Rio+20
Sérgio Ricardo
Rio+20 e justiça ambiental: por uma economia política do meio ambiente
- 6 Entrevista: Pedro Solón
“Em vez de identificar o sistema capitalista como o principal responsável pelo agravamento da crise ambiental, a Rio+20 vai propor mais ‘capitalismo verde’. É como dar a um paciente mais veneno, mas com um pouco de açúcar e cachaça. Isso é a Economia Verde.”
- 8 Rio+20
Jean Pierre Leroy
O que se espera da Rio+20?
- 10 Rio+20
Pedro Moura Costa e Walter Figueiredo De Simoni
Mercados de cotas transacionáveis para ativos ambientais – um mecanismo inovador para a promoção de políticas públicas
- 12 Rio+20
Marcos Arruda e Sandra Quintela
A Economia cinzenta pode virar verde?
- 14 Fórum Popular do Orçamento
O Rio tem solução para Clarissa Garotinho
- 16 Corecon-RJ recebe até junho inscrições para Prêmio de Monografia
O Rio tem solução?
Agenda de cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha
Conselheiros Efetivos: 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman, João

Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Rio+20 e justiça ambiental: por uma economia política do meio ambiente

■ Sérgio Ricardo*

Do ponto de vista diplomático e propriamente ambiental, é possível esperar que ocorra um grande fracasso político na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontecerá em junho na cidade do Rio de Janeiro.

Os principais países economicamente desenvolvidos, mesmo que atualmente estejam à beira da insolvência, e as corporações transnacionais, a exemplo do que ocorreu nas últimas Conferências sobre Mudanças Climáticas, não abrem mão de manter inalterado o *modus operandi* predatório e ambientalmente perverso de suas economias, exportadoras de poluição e degradação ambiental para os subúrbios do Império: os países periféricos pobres ou em desenvolvimento, cujas elites corrompidas e a falácia do discurso desenvolvimentista tratam de facilitar e muitas vezes financiam a instalação de megaempreendimentos sujos, poluentes e que fazem uso intensivo e privado de recursos naturais comuns, gerando “empregos verdes” de qualidade duvidosa, inclusive como parte da estratégia adotada pela Europa e EUA para saírem da atual crise em que se encontram. Ou seja: apesar dos discursos oficiais e cor-

porativos por uma nova ordem econômica global ambientalmente sustentável, que chamam singelamente de “Economia Verde”, as instituições que há séculos – desde a Revolução Industrial – representam o *status quo* dominante não pretendem ceder um centímetro sequer em favor de uma verdadeira sustentabilidade social, ambiental e econômica, já que pretendem manter inalterado seu padrão capitalista de produção e consumo altamente predatório dos bens da natureza, e com isso preservar e multiplicar seus lucros, que têm levado a alta concentração de renda em favor de alguns poucos e desigualdades generalizadas por toda parte do planeta.

Os dados que são divulgados periodicamente são cada vez mais assustadores e colocam em xeque o atual modelo civilizatório: 40% da população mundial vive abaixo dos níveis de pobreza; 1 bilhão de pessoas atualmente vivem em áreas desertificadas, onde o acesso à água é escasso e a agricultura tornou-se inviável; e mais de 50 milhões de seres humanos são considerados pela própria ONU como “refugiados climáticos” ou “refugiados ambientais” segundo o movimento internacional de Justiça Ambiental. Soma-se a isso a incalculável perda de biodiversidade e de patrimônio genético oriundas da crescente

extinção de espécies da fauna e flora e dos produtivos ambientes marinhos, que estimulam a lucrativa biopirataria. O Brasil, por sua riqueza ecológica, é uma das principais rotas mundiais deste verdadeiro mercado da rapinagem.

A crescente poluição dos oceanos e rios, além de representar ausência de compromisso efetivo em se promover investimentos massivos em saneamento ambiental – disposição adequada de lixo, água tratada, tratamento de esgotos e controle de inundações, em especial nas áreas mais pobres e vulneráveis, o que reduziria significativamente as altas taxas de mortalidade por doenças de veiculação hídrica, onde as crianças de famílias pobres são as principais vítimas –, também provoca perdas incalculáveis na produção de alimentos e ameaça de extinção de riquezas ecológicas ainda pouco conhecidas, onde podem repousar as soluções e curas que a humanidade tanto necessita.

Quando se discute meio ambiente hoje, inclusive as mudanças climáticas que afetam e redesenham as cidades onde hoje em dia vive a maior parte da população do planeta, não é razoável deixar de fora do debate sobre as favelas, loteamentos e comunidades periféricas, aquelas que se encontram nas franjas das cidades: ou seja,

o capitalismo atual está para as cidades hoje como estava para a indústria nos séc. XX e XIX. O regime de acumulação da atual fase do capitalismo está organicamente vinculado às cidades e ao controle e exploração de seus fluxos e territórios. A mais-valia é então extraída de toda a produção social que tem hoje, nos territórios da cidade e não somente no chão da fábrica, seu lastro e capital fixo. Na lógica vigente da acumulação e do lucro exponencial, os bens comuns como água, solo e energia, entre outros, valem tanto ou mais que um vasto exército de mão de obra a ser explorada.

Os países desenvolvidos em geral não gostam de tratar nas negociações internacionais de temas considerados sensíveis para os detentores do poder, como transferência de tecnologias e direitos de acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento tecnológico-científico, inclusive das novas tecnologias da informação, por parte das nações menos desenvolvidas. Ao mesmo tempo, incentivam o deslocamento de indústrias transnacionais poluidoras e de tecnologias sujas e obsoletas, que ainda consomem grande volume de água e de energia nos seus processos de produção e emitem elevadas taxas de poluentes e resíduos (lixo tóxico), que migram dos seus países de origem na Europa e EUA e buscam se instalar nos

países menos desenvolvidos ou periféricos, configurando o que teóricos e movimentos sociais têm chamado de Racismo Ambiental, ou seja, a desigualdade socioambiental que se materializa nos territórios onde vivem as populações mais empobrecidas e vulneráveis.

Por aqui, estas empresas altamente poluidoras ainda por cima recebem fartos incentivos fiscais e benesses do setor público. Em geral contam com financiamento do BNDES, mas na verdade as promessas de empregos não se cumprem após a fase de instalação e obras destes megaempreendimentos industriais.

A exposição a riscos e a poluentes de tipologias diferentes por parte de trabalhadores (as) e das populações vizinhas a estes pólos industriais altamente poluentes ainda não é compatibilizada no PIB (Produto Interno Bruto) do país, nem muito menos consta dos “balanços sociais” ou da contabilidade financeira das grandes empresas. Ou seja: O PIB cresce e os direitos da cidadania diminuem.

Não é a toa que o câncer e outras doenças ambientais se transformaram numa epidemia global, haja vista a excessiva exposição cotidiana a que estamos submetidos por meio de poluentes atmosféricos; a alimentação a base de venenos químicos como agrotóxicos e transgênicos; os meios de transportes estressantes, que numa cidade como o Rio de Janeiro consomem em média quatro horas por dia da vida do trabalhador; e a vulnerabilidade do abastecimento público das cidades, que juntos ameaçam e adoecem o corpo das pessoas, com impactos negativos na saúde coletiva.

A Conferência oficial não

tratará em profundidade de nenhum destes importantes temas, todos de grande interesse para toda a humanidade, e que seriam assuntos necessariamente obrigatórios caso se desejasse que a Rio+20, de fato, servisse para começarmos a desconstruir a velha ordem capitalista e a construir uma nova sociedade mais igualitária, justa e democrática, assim como uma economia de fato mais limpa, menos poluente e que promova efetiva distribuição de renda. Neste aspecto o encontro internacional de chefes de Estado, a ser sediado no Rio, será um retumbante fracasso anunciado, já que está deslocado da realidade social, o que deverá ser potencializado e visibilizado de forma inédita através das redes sociais e na mídia: sequer está prevista a definição de metas ambientais modestas que necessariamente deveriam fazer parte dos acordos multilaterais a serem firmados entre as nações durante o evento.

Conceitos como “governança global”, criação de “fundos ambientais” e “combate à pobreza”, bases de uma suposta “economia verde” que na prática visa preservar intacto o regime de acumulação capitalista não deverão sair do papel, se limitando às declarações oficiais dos políticos e empresários, que quase sempre buscam demonstrar otimismo diante das câmeras de TV e contam para isso com o papel estratégico exercido pelas oligopólicas corporações de comunicação social, que contam e reproduzem a História na ótica do poder e das elites.

Diante das crises climática e ambiental e da insolvência da economia das grandes potências, fenômeno sem precedentes,

o Brasil, atualmente considerado uma das maiores economias do mundo, tem um importante papel a desempenhar neste cenário, uma vez que é uma reconhecida potência ambiental, com sua imensa biodiversidade e mananciais de água. Somos uma nação detentora de grandes riquezas minerais, solos férteis e diversificados, enorme volume de água doce e extenso litoral, biodiversidade abundante e rara. Destaca-se no jogo das nações o grande potencial de nosso país em se desenvolver nas áreas da ciência e tecnologia, comunicações e inovação, assim como as condições singulares de segurança energética, com a possibilidade de geração através de diferentes fontes de energias renováveis e menos poluentes. Soma-se a isso

a reconhecida diversidade cultural e de manifestações artísticas de nosso povo, com sua criatividade, ritmos, sabores e beleza, que nos torna uma nação singular e plural, apesar de ainda lamentavelmente convivermos com histórico déficit de democracia participativa, baixos níveis de educação, fortes desigualdades regionais e bolsões de pobreza e de exclusão social.

Apesar disso, o PAC, símbolo maior da retomada econômica do país, tem servido basicamente para repassar dinheiro público em grande volume, via BNDES, para grandes empreiteiras, bancos privados e fundos de pensão travestidos de “investidores” nacionais e estrangeiros, seguindo o tradicional receituário neolibe-



ral das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs).

É possível destacar o péssimo mau exemplo que o anfitrião, o Estado do Rio de Janeiro, mostrará ao mundo com seus impactantes megapolos de desenvolvimento industrial (de celulose no noroeste fluminense, siderúrgico na Baía de Sepetiba, petrolífero na Baía de Guanabara, portuário-industrial em Barra de São João e Campos, entre outros), onde os acelerados licenciamentos ambientais “fast food” (ver blog <http://pedlowski.blogspot.com.br/>), que se transformaram num balcão de negócios em favor dos interesses econômicos de grandes empresas poluidoras e da especulação imobiliária predatória, e têm gerado um

novo ciclo desenvolvimentista poluidor com formação de passivos socioambientais.

As regiões mais pobres e distantes dos centros financeiros e de decisão política têm sido transformadas em verdadeiras zonas de sacrifício ambiental e social – onde a ausência de políticas públicas gerou uma dívida socioambiental histórica que precisa ser reparada para ser superada. Portanto, está em formação uma “Economia cinza” ou um “desenvolvimento econômico marrom” no estado do Rio de Janeiro, em profunda contradição e em conflito com as metas ousadas de redução dos gases de efeito estufa assumidas, em 2009, pelo Brasil em Copenhague, durante a COP-15, onde mais uma vez a comu-

nidade internacional buscou – sem obter consenso – limitar ou reduzir o crescimento das emissões de gases de efeito estufa.

Para de fato enfrentar o debate sobre as soluções viáveis para reverter os problemas em larga escala decorrentes do aquecimento global e das mudanças climáticas cada vez mais presentes, a Rio+20 precisa analisar com atenção a origem destas vulnerabilidades socioambientais e dos atuais níveis de poluição e enfrentá-la. Essas vulnerabilidades não têm nada de democráticas, uma vez que afetam de forma desigual e injusta os mais pobres, os trabalhadores e as comunidades impactadas pelo atual modelo de desenvolvimento.

A questão ambiental, materialmente falando, é por definição socioambiental. Os problemas decorrentes do aquecimento global, que afetam o regime de águas e chuvas, são agravados pelas más condições de vida nestas áreas periféricas: falta de saneamento, dificuldade de acesso à água tratada, precárias condições de moradia, e meios de transportes insuficientes e onde os riscos de deslizamentos de encostas e as inundações são mais frequentes.

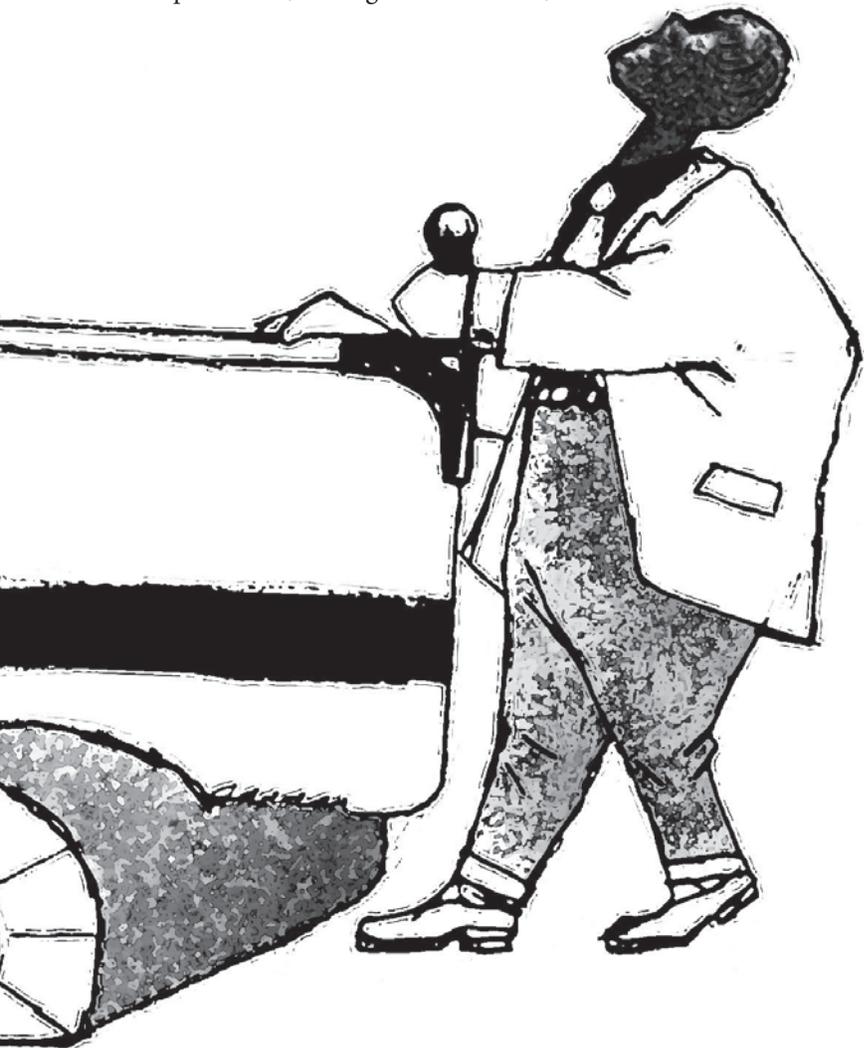
Não é possível admitir que as nações do Sul tenham que agora pagar a conta (ou a dívida) com a limitação drástica do crescimento econômico dos países periféricos e menos desenvolvidos, sob o argumento de que é preciso “salvar o planeta e a humanidade”, enquanto as nações mais poderosas, inclusive do ponto de vista industrial e militar, mantêm inalterado seu padrão de desenvolvimento predatório. Afinal, há séculos são os países do Norte – com suas economias sem limites e sem escrúpulos – os maio-

res vilões entre os emissores de gases de efeito estufa.

A Rio+20 daria um grande passo se ao menos abolisse de vez a estratégia mercantil da obsolescência planejada, onde por decisões de cunho meramente mercadológico os produtos e bens são fabricados para terem vida curta e com isso terem sua durabilidade ou funcionamento por um tempo bastante reduzido. Mais que isso: deveria exigir que ao menos a economia passasse a levar em conta (e contabilizar) o ciclo de vida dos materiais e produtos, desde sua fase de extração na natureza, produção, consumo e destino final, ao invés de se limitar a fomentar desejos de consumo desenfreado e ilimitado. O mundo dos negócios e o “deus mercado” tradicionalmente gananciosos como os conhecemos sobreviveriam a isso?!

Temos a certeza que, apesar de não pautado na Rio+20, é necessário um combate sem tréguas ao Racismo Ambiental e às desigualdades sociais e de renda que são suas marcas. E que esta solução é uma construção social no curto, médio e longo prazos para se conquistar coletivamente uma qualidade de vida decente, a proteção dos territórios, preservação da cultura dos povos originários e de sua riqueza ecológica e para a construção de uma Economia sustentável sim, mas na medida da escala humana e das demandas das maiores, ou seja, dos pobres que são os que mais precisam destas profundas e necessárias transformações sociais e econômicas.

* Sérgio Ricardo é ambientalista e gestor e planejador ambiental. Foi coordenador da Comissão Permanente da Alerj, sub-secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Nova Iguaçu e membro fundador da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. sergioricardoverde@gmail.com



Entrevista: Pablo Solón

“Em vez de identificar o sistema capitalista como o principal responsável pelo agravamento da crise ambiental, a Rio+20 vai propor mais ‘capitalismo verde’. É como dar a um paciente mais veneno, mas com um pouco de açúcar e cachaça. Isso é a Economia Verde.”

Ativista dos movimentos indígena, sindical, estudantil e de Direitos Humanos, Pablo Solón Romero foi embaixador da Bolívia na ONU de fevereiro de 2009 a julho de 2011, nomeado pelo governo de Evo Morales. Neste período, tornou-se uma referência e liderança no debate ambiental, ao apontar a incompatibilidade entre o estágio atual do sistema capitalista e a preservação do meio ambiente e ao criticar os mecanismos financeiros da chamada Economia Verde.

Pablo Solón foi um dos organizadores da Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, em Cochabamba, na Bolívia, em abril de 2010. Sob o seu comando, a Bolívia foi o único país participante da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 16), em Cancún, no México, no final de 2010, a rejeitar o acordo aprovado no encontro. Entre outros pontos, o acordo criou o REDD (Reduce Emissions for Deforestation and Degradation, ou Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação), que cria valores econômicos para a floresta em pé, ou para o desma-

tamento evitado. Como outros mercados da economia verde, um poluidor poderá compensar suas emissões comprando créditos de quem ainda tem o que conservar.

Em abril, Pablo Solón assumiu o cargo de diretor-executivo da ONG Focus on the Global South, sediada em Bangcoc, na Tailândia. A organização é vinculada à Universidade de Chulalongkorn, a mais conceituada instituição de ensino do país, e promove pesquisa e mobilização contra a globalização promovida pelas grandes corporações, o neoliberalismo e a militarização.

P: Como você avalia a Rio+20? Esta é a melhor forma de pactuar soluções para os graves problemas ambientais do planeta? Como você avalia o conceito e o formato da conferência?

R: Lamentavelmente a Rio+20 não vai resolver os problemas da Mãe Terra. O documento que foi negociado em Nova York para ser adotado no Rio de Janeiro tem uma clara orientação a favor da Economia Verde, que é o nome hoje adotado pelo “novo consenso de Washington” para mercantilizar a natureza.

Não se fará um balanço das razões pelas quais se agravou

o desequilíbrio do sistema do Planeta Terra nos 20 anos após a Conferência do Rio. Em vez de identificar o sistema capitalista como o principal responsável pelo agravamento da crise ambiental, a Rio+20 vai propor mais “capitalismo verde” para restabelecer a harmonia com a natureza. É como dar a um paciente mais veneno, mas com um pouco de açúcar e cachaça. Isso é a Economia Verde.

P: O que podemos esperar da Rio+20? Você espera resultados concretos?

Você antevê um sucesso ou fracasso?

R: **Na Rio+20, os governos que dominam o planeta querem instaurar um novo negócio para benefício de suas corporações. Para isso querem criar um mercado mundial de processos da natureza. Desta vez não querem mercantilizar apenas a madeira das florestas, mas sim a capacidade de absorção de dióxido de carbono das florestas. Esse mercado é essencialmente financeiro, fictício e especulativo. O que se in-**



troduz no mercado são papéis (bônus de carbono, por exemplo) para que aqueles no norte que querem continuar poluindo possam comprar.

Muitos países em vias de desenvolvimento dizem que através desses mecanismos o sul vai receber dinheiro, mas na realidade o que criaremos são permissões para destruir o planeta, para que aqueles que têm dinheiro possam adquirir.

P: Há um conflito entre a agenda social e ambiental da conferência?

R: **A mesma desigualdade que os mecanismos de mercado provocaram**

a nível social, os mecanismos da economia verde causarão a nível ambiental.

Sem igualdade social não pode haver igualdade ambiental e vice-versa. Se não for restaurado o equilíbrio do sistema da terra a humanidade em sua totalidade sofrerá as consequências, ainda que os mais ricos tenham recursos para serem os últimos a sofrer essas consequências.

P: Como avalia as conferências anteriores da ONU na área ambiental?

R: Em relação à camada de ozônio, creio que houve um avanço. Mas em relação à biodiversidade, às mudanças climáticas e ao desmatamento, estamos como caranguejos, porque essas conferências privilegiam os interesses empresariais em vez dos sociais.

P: No caso da Cúpula dos Povos, qual é a sua avaliação e expectativa?

R: Tem que se dar à humanidade a alternativa que a conferência oficial não dará. A Cúpula dos Povos não pode ser somente um evento de contestação para rejeitar a mercantilização da natureza e defender os direitos que estão ameaçados pela economia verde.

A Cúpula dos Povos tem que aprovar uma proposta centralizada não só no ser humano, mas na natureza. Deve promover um novo enfoque de complementaridade entre os seres humanos e com a natureza. Uma visão e prática de respeito aos ciclos vitais da Mãe Terra, de preservação da capacidade de rege-

neração da biodiversidade do planeta, uma política que supere o desenvolvimentismo economicista para estabelecer como meta a redistribuição da riqueza social em vez do crescimento sem limites. Em outras palavras, em vez de mais capitalismo travestido de verde, é necessário reconhecer, promover e defender os direitos da natureza.

P: Qual é a sua opinião sobre a economia verde? Quais são as bases desse conceito e por que está tão em evidência?

R: Para entender o que é economia verde é preciso entender o que é o REDD. Para se preparar para o REDD, em vários estados do Brasil, estão desmatando, porque se trata de “reduzir o desmatamento”. Então, para poderem dizer que estão reduzindo o desmatamento nas florestas, primeiro destroem as florestas, para assim terem mais bônus de carbono para vender no mercado. A lógica é terrível.

As florestas precisam de recursos econômicos, mas não é através de um mercado especulativo como os certificados de redução de emissões, e sim através do estabelecimento de um imposto sobre as transações financeiras que permita financiar o manejo sustentável das florestas em sua integridade, e não só porque estocam dióxido de carbono.

P: Qual é a sua opinião com relação aos mecanismos de natureza financeira, criados sob o pretexto de se atenuar os impactos da emissão de carbono,

condicionando a preservação de florestas à emissão de títulos financeiros?

R: São mecanismos artificiais, fictícios... são só papéis. É precificar e mercantilizar atividades que a natureza faz independentemente dos seres humanos. Em algumas décadas, estes mecanismos irão estourar como toda bolha especulativa. A natureza estará destruída. Mas uns poucos, vinculados ao capital financeiro, estarão muito ricos!

P: Como você avalia a governança ambiental global?

R: **A governança ambiental global não existe. Deveria existir. O planeta é um sistema único e não se rege por fronteiras nacionais. Mas os povos do mundo deveriam gerir essa governança mundial da natureza, não as corporações. O desafio do século XXI é criar instituições multilaterais que não estejam controladas pelas transnacionais, como ocorre atualmente em várias instâncias das Nações Unidas.**

P: Por favor, detalhe a posição assumida pela Bolívia na reunião de Cancun no final de 2010, seus fundamentos e o isolamento que essa posição acarretou para o país?

R: A consequência de Cancun será um genocídio e um ecocídio de grandes proporções. Um país que está com o povo não pode

respaldar uma situação dessas ou permanecer calado frente a ela. Existe um limite para a diplomacia, e esse limite chega quando se está em jogo o futuro da humanidade. Durban demonstrou que o que se aprovou em Cancun foi um regime de livre arbítrio que levará a um aumento de temperatura de 4 a 6°C. A Bolívia não podia, não pode nem dever ser cúmplice dessa política de destruição de massa!

P: Por favor, explicitate as resoluções tomadas no encontro em Cochabamba, Bolívia, em abril de 2010, e sua importância.

R: O Acordo dos Povos, aprovado em Cochabamba em abril de 2010, propõe um conjunto de alternativas concretas para enfrentar e mudar o modelo capitalista. Propõe uma Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra. Propõe que o orçamento militar dos países seja destinado ao enfrentamento dos problemas ambientais e das mudanças climáticas. Propõe a criação de um Tribunal Internacional de Justiça Ambiental e Ecológica.

A Conferência dos Povos do Rio deve aprofundar o Acordo dos Povos e desenvolvê-lo cada vez mais. Esse é o desafio que temos.

P: Como você avalia os projetos hoje financiados pelo BNDES brasileiro na América do Sul e Caribe, e em especial na Bolívia?

R: Estes projetos representam mais desenvolvimentismo tradicional para beneficiar as empresas brasileiras em vez de preservar a harmonia com a natureza.

O que se espera da Rio+20?

■ Jean Pierre Leroy*

A Rio+20 se realiza em um contexto particularmente adverso, tanto mundial quanto localmente. Ascensão econômica da China, conflitos no Oriente Médio, crises nos países europeus e na União Européia, eleições em vários países e em especial nos EUA e o fim de um ciclo de expansão do capital fazem com que tanto os detentores do poder político e econômico quan-

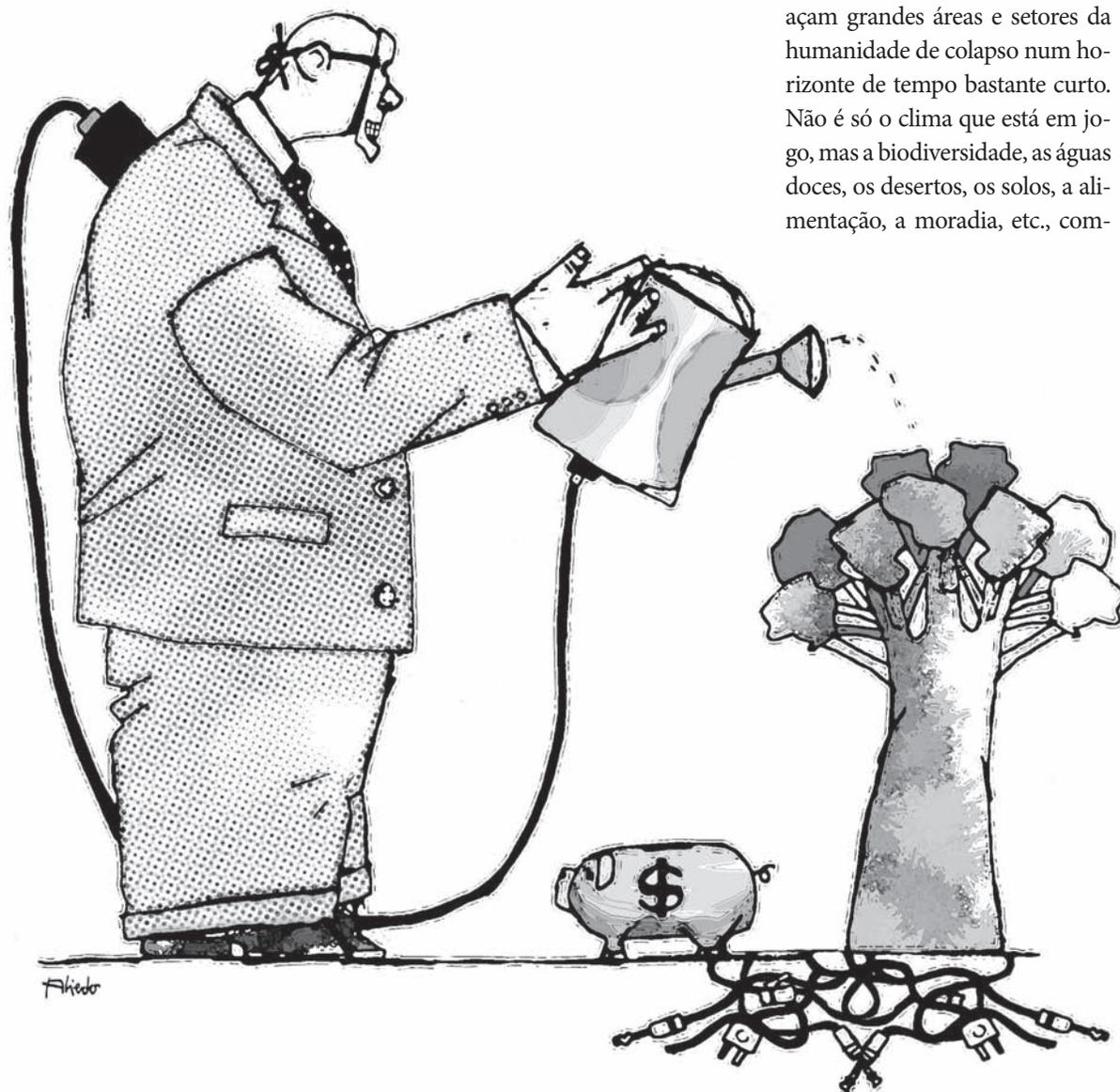
to as sociedades humanas estejam em geral mais preocupados com o dia a dia e com um futuro em que a segurança, a manutenção dos privilégios de uma vida razoavelmente confortável ou a busca incessante para alcançar o “desenvolvimento” pesam muito mais do que um possível colapso das bases materiais deste desenvolvimento. Localmente, dois exemplos podem nos mostrar quanto longe estamos de um debate de fundo. Tanto a construção da barragem hidroelétrica

de Belo Monte quanto a votação pela Câmara do Código Florestal, mesmo que a Presidenta Dilma venha a vetar alguns artigos, colocam a questão socioambiental no seu verdadeiro lugar, ou seja, próximo de zero. O meio ambiente não pode frear o crescimento: produção e exportação de commodities e produção de energia (qual e como) não podem ser questionadas.

Este quadro não permite criar ilusões. Gravíssimos problemas ambientais se avolumam e ameçam grandes áreas e setores da humanidade de colapso num horizonte de tempo bastante curto. Não é só o clima que está em jogo, mas a biodiversidade, as águas doces, os desertos, os solos, a alimentação, a moradia, etc., com-

binados numa dinâmica perversa em que múltiplas crises setoriais alimentam umas às outras e geram uma única crise de proporções ainda insuspeitas. Soma-se o aprofundamento e uma nova face da desigualdade, pois nem todos estão e estarão afetados por igual pela crise ambiental e pelo modo como o crescimento impacta territórios e comunidades. A percepção das ameaças e das tragédias em curso não foi ainda suficiente para criar um senso de urgência tão premente que provoque discussões e decisões efetivas sobre as questões de fundo. O filósofo Hans Jonas apelava à “heurística do medo”; e ainda não temos suficiente compreensão e medo do futuro!

Por essas considerações, não deveríamos ter muita expectativa. Haverá outras saídas do que esperar catástrofes se avolumarem e o medo se apoderar de nós? O Pnuma propôs uma Rio+20 voltada para a economia verde. Intenção louvável se fosse possível disciplinar o capitalismo. É certo que a Conferência será mais uma oportunidade para muitos empresários se conscientizarem das suas responsabilidades e buscarem melhorias nos seus produtos e métodos de produção, para além do *greenwashing*. Não é desprezível, mas lá não é o fundo da questão. O capitalismo vive de crises às quais ele responde em especial com inovações. O geógrafo David Harvey, no seu último livro, “O enigma do capital”, estima que “um candidato mais provável para a próxi-



ma onda de inovação reside na engenharia biomédica e genética” e nas tecnologias verdes. Vale, portanto, lembrar que, se as grandes corporações investem na economia verde e na Rio+20, não é para salvar o planeta e erradicar a pobreza, mas para assegurar a sua sobrevivência.

Eventos e processos tão díspares na aparência como as crises econômico-financeiras que sacudiram os EUA e hoje assolam a UE; o desenvolvimentismo e o “crescentismo” que impera nos países ditos emergentes; as Conferências periódicas das Nações Unidas que dão sequência à Convenção do Clima elaborada na Rio 92; e o *draft zero* preparado pelo Pnuma para começar a orientar a Conferência oficial mostram bem como governos e aparelhos da ONU colocam-se a serviço do capital. No entanto, eles não formam um bloco unido e há de se esperar que sejam colocadas na mesa questões como o papel dos Estados, a sua responsabilidade frente aos cidadãos de hoje e do futuro, a igualdade e a justiça (apesar de que a alusão a direitos tenha sumido da pauta e dos documentos oficiais) e ações de alguns países que não estão esperando impossíveis consensos para avançar. Dirão: palavras e papéis ao vento que não mudam nada e não engajam. É verdade, mas é sobre isso que as lutas futuras da sociedade mundial e as possibilidades de avanço poderão se apoiar, seja para cobrar, polemizar ou se contrapor. Pode se esperar que seja resgatado por alguns governos o papel insubstituível dos órgãos públicos, nacionais e internacionais, para além das fun-



ções rasteiras às quais estão sendo reduzidos com demasiada frequência. A criação que está sendo debatida de um novo órgão e/ou Conselho das Nações Unidas que tenha mais força do que um simples programa, como é o Pnuma, e permita tratar conjuntamente as questões ambientais, sociais e econômicas, é bem-vinda. Por si mesma, ela mostra quanto caminho foi percorrido desde 1992. No entanto, continuará a semiparalisia do sistema, já que o poder nas Nações Unidas é concentrado no Conselho de Segurança.

Nestas condições, não é de se admirar que a quase totalidade das vozes, oficiais ou não, que se expressam salienta o papel insubstituível da sociedade civil nesse processo. Entre os numerosos eventos previstos, destaca-se a “Cúpula dos povos por justiça ambiental e social, contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns”, contrapeso radical à Conferência oficial e à pretensão desta economia, mesmo que revestida de verde, ser a salvadora do planeta. As coisas pioraram desde as Convenções e a Agenda 21 da Rio 92. O que faz credi-

tar que desta vez será diferente? Um grande número de organizações se reconhece no nome dado à Cúpula. Ela se apresenta como um protesto às pretensões da economia dominante de querer invadir todos os espaços da vida e resolver os impasses ambientais unicamente pelas tecnologias, mas também como uma afirmação da primazia dos direitos, quando inúmeros exemplos mostram que são os pobres, trabalhadores, etnias e comunidades de cor, moradores de áreas de risco, periferias e entorno de fábricas, etc. os mais atingidos pelo modelo de produção e que sofrem mais de injustiça ambiental. Quer mostrar também que outra economia é possível, ao tomar como referência a existência de bens comuns que escapam ao mercado capitalista e mostrar múltiplas alternativas que estão sendo geridas.

Os organizadores desta Cúpula não nutrem ilusões sobre o seu impacto, pois os recursos financeiros que têm são totalmente insuficientes para trazer muita gente e realizar um evento marcante; os meios de comunicação não lhe darão muita importância; afóra a unidade ao redor de algumas grandes linhas, reúne tantos setores sem o hábito de se encontrar que certa cacofonia é inevitável. E, sobretudo, o capital moral que eles detêm não pode (e nem conseguiria) se transformar em poder que lhes permita dar consequências concretas e maciças às suas propostas. O governo brasileiro está promovendo logo antes da Conferência um evento chamado “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”, que vai juntar pessoas dos

diferentes setores da sociedade, do empresariado, da academia e de órgãos públicos. A metodologia adotada enquadra os participantes num esquema extremamente rígido. Por considerar que não há abertura ao diálogo, os organizadores da Cúpula dos Povos recusaram o convite para esse simulacro de participação.

Por tudo isso, esta Cúpula é pensada como um momento dentro de um processo. Há de se esperar que permita avançar em duas direções: a primeira, interna, de construção de convergências entre movimentos e organizações da sociedade civil mundial e produção de um mínimo de diagnósticos e propostas comuns, que façam com que todas e todos se reconheçam engajados pelo programa condensado na denominação da Cúpula; e a segunda, de comunicação e mobilização, que faça com que os cidadãos do mundo – que tenham ou não responsabilidades sociais, econômicas ou políticas – percebam com mais clareza o que está em jogo. Não se trata de uma queda de braço entre “ambientalistas” e o setor produtivo, mas de um embate entre os que ficam cegos por interesses de curto prazo ou pela ilusão prometeica sobre a capacidade humana em resolver todos os problemas que se apresentam e os que buscam pensar e construir um futuro para a humanidade que não rompa nossas âncoras com o planeta e a história e com o ideário da igualdade e da justiça.

* Jean Pierre Leroy é mestre em Educação e consultor da Fase – Solidariedade e Educação e foi membro da Coordenação do Fórum Brasileiro de Movimentos Sociais e ONGs para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento na época da Rio 92. É autor de *Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva* (ed. Lamparina).

Mercados de cotas transacionadas – um mecanismo inovador para o

■ Pedro Moura Costa* e
Walter Figueiredo De Simoni**

A aplicação prática do desenvolvimento sustentável passa pelo uso de novas políticas públicas para o alcance de objetivos socioambientais. Um claro exemplo são os mercados de carbono, que oferecem novas ferramentas de política pública para a promoção de aumento de qualidade ambiental que vão além do comando e controle, escolha tradicional no tratamento de questões ambientais. Dentre essas ferramentas, destacam-se os mecanismos de mercado. A teoria econômica e estudos de casos mostram que o uso de 'regulamentação baseada em incentivos', que oferece incentivos econômicos e mecanismos de mercado para o alcance de objetivos ambientais, é uma solução que reduz os custos agregados de alcance de níveis de proteção ambiental; aumenta o nível de ambição, permitindo o alcance de metas mais ambiciosas; e internaliza o custo de externalidades como poluição do ar e da água.

Um exemplo claro deste benefício é o mercado de dióxido de enxofre nos Estados Unidos, também conhecido como o mercado de chuva ácida. Estimativas oficiais da Agência de Proteção Ambiental (EPA), responsável pela implementação e monitoramento do programa, indicam uma adesão de 99% dos entes controlados, reduções iniciais de

emissões 25% além das metas, alcance da melhoria ambiental esperada e um custo agregado de alcance ao nível de proteção determinado 75% inferior àquele obtido através de uma política de comando e controle.

Dentro do uso de políticas baseadas em incentivo, destaca-se a regulamentação de emissões de gases de efeito estufa (GEEs). O controle de GEEs é um processo inexorável no Brasil e em outras economias globais, em especial em relação a setores energointensivos e carbono-intensivos. Governos nacionais e regionais vêm, desde 1992, utilizando diferentes regulações baseadas em incentivos para o controle de emissões de GEEs. As principais políticas de controle de emissões de gases de efeito estufa podem ser divididas em duas áreas: mercados de carbono (*cap-and-trade*) e taxaço de carbono.

Dentro da escolha, o sistema de mercado de carbono se mostrou o preferido. Discussões sobre a preferência de *cap-and-trade* sobre a taxaço de carbono são abundantes na literatura acadêmica.

Sistemas de *cap-and-trade* têm a vantagem de explorar a vantagem comparativa de diferentes participantes do mercado em atingir suas metas. Após a alocação de cotas de emissão entre as empresas em um dado setor, aquelas que conseguirem reduzir suas emissões abaixo de suas metas podem vender as suas cotas excedentes para outras em-

presas que não conseguirem. Este é um ponto importante, pois permite que o objetivo de reduzir concentrações atmosféricas de gases efeito estufa tenha um custo global menor. Empresas com baixo custo marginal de redução de emissões passarão a ser provedores deste serviço ambiental, enquanto empresas com maiores custos de redução de emissões poderão comprar estes serviços.

Mercados de carbono também representam uma tendência crescente internacional. Ao mesmo tempo em que o Protocolo de Quioto entrou em vigor, em 2005, a Comunidade Europeia lançou seu sistema de comércio de carbono (*EU Emissions Trading Scheme*), como um instrumento para viabilizar a implementação dos objetivos de Quioto. Mais recentemente, outros sistemas vêm sendo desenvolvidos. A China, por exemplo, está no processo de desenvolvimento de diversos mercados de carbono regionais. A Califórnia também está no processo de finalização de seu mercado estadual, um dos três mercados sendo desenvolvidos nos Estados Unidos, incluindo o *Regional Greenhouse Gas Initiative* (RGGI) e o *Western Climate Initiative* (WCI, que inclui partes do Canadá).

Recentemente, o Brasil se posicionou a favor da construção de um mercado de carbono nacional. Em 2011 o governo federal firmou um acordo com o Banco Mundial para a inclusão



Pedro Moura da Costa

do país no *Partnership for Market Readiness*. Este programa do Banco Mundial oferece apoio técnico e financeiro a países que têm interesse na criação de um mercado de carbono nacional. O Estado do Rio de Janeiro tem se reunido desde então com o governo federal e alinhado expectativas, trabalhando em conjunto para tornar o Rio de Janeiro um piloto do mercado de carbono nacional.

Um das grandes vantagens do uso de sistemas de cotas negociáveis é que estes permitem explorar as vantagens comparativas dos diversos participantes do setor envolvido. Aqueles que têm maior facilidade de prover um serviço ambiental investem em sua especialização e tornam-se vendedores. Aqueles que têm um maior custo marginal de prover este serviço ambiental tornam-se compradores, «terceirizando» esta atividade para os vendedores mais especializados. Deste modo, o custo global de se atingir as metas ambientais é muito re-

Viáveis para ativos ambientais e a promoção de políticas públicas

duzido. Por exemplo, estima-se que o custo de atingir as metas do programa de chuva ácida nos EUA tenha sido reduzido em 90% através do uso de cotas negociáveis, ao invés de um sistema de comando e controle.

Esta especialização, por sua vez, leva à criação de um setor de provedores de serviços ambientais que podem ter uma grande importância na economia verde de um país. O setor de baixo carbono de Londres, por exemplo, conta hoje com mais de 9.000 empresas, 160.000 empregos e gera uma receita anual de 23 bilhões de libras.

Para ajudar a viabilizar o seu mercado de carbono, criou-se no Rio de Janeiro uma bolsa de valores ambientais, BVRio, com o objetivo de prover liquidez e transparência neste momento inicial de descobrimento de

preço e criação de mercados.

A BVRio é uma associação sem fins lucrativos que tem por objetivo criar um mercado de ativos ambientais como meio de promover a economia verde no Brasil. A BVRio estabelecerá no Rio de Janeiro uma plataforma de negociação destinada a se tornar o ambiente de referência no país para a comercialização de ativos ambientais, assim entendidos não somente bens já existentes, como energia renovável ou biomassa, mas também, e sobretudo, direitos de natureza regulatória, relacionados ao cumprimento de obrigações ambientais, tais como recuperação de áreas florestais, tratamento de resíduos, emissão de gases ou de efluentes, etc.

Nesse sentido, para além de prover uma plataforma de negociação, a BVRio atuará, em

cooperação com as autoridades competentes, na modelagem e criação de ativos ambientais de natureza regulatória que possam ser negociados em tal plataforma. Com este propósito, a BVRio foi criada em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro e com a Secretaria da Fazenda do Município do Rio de Janeiro.

A BVRio foi estruturada de modo a ter o envolvimento dos diversos setores da sociedade. Com três categorias de associados, terá representantes do setor empresarial, representantes de ONGs e do setor acadêmico, e cidadãos que se destaquem pelo seu envolvimento na promoção do desenvolvimento econômico sustentável do Rio de Janeiro. Cada categoria de associados terá representação no Conselho Deliberativo, o qual contará, também,

com representantes das três esferas do governo. As funções executivas serão exercidas por uma Secretaria Executiva.

Espera-se deste modo atingir diversos objetivos de natureza econômica e ambiental, incluindo o fomento da economia verde e a implementação de políticas públicas ambientais de modo mais eficiente, tanto para o Estado quanto para o setor empresarial, com benefícios para o meio ambiente e para a economia em geral.

Apos discussões informais com entidades governamentais, foram priorizados alguns setores para serem tratados inicialmente. Em um primeiro momento, a BVRio focará nos seguintes setores:

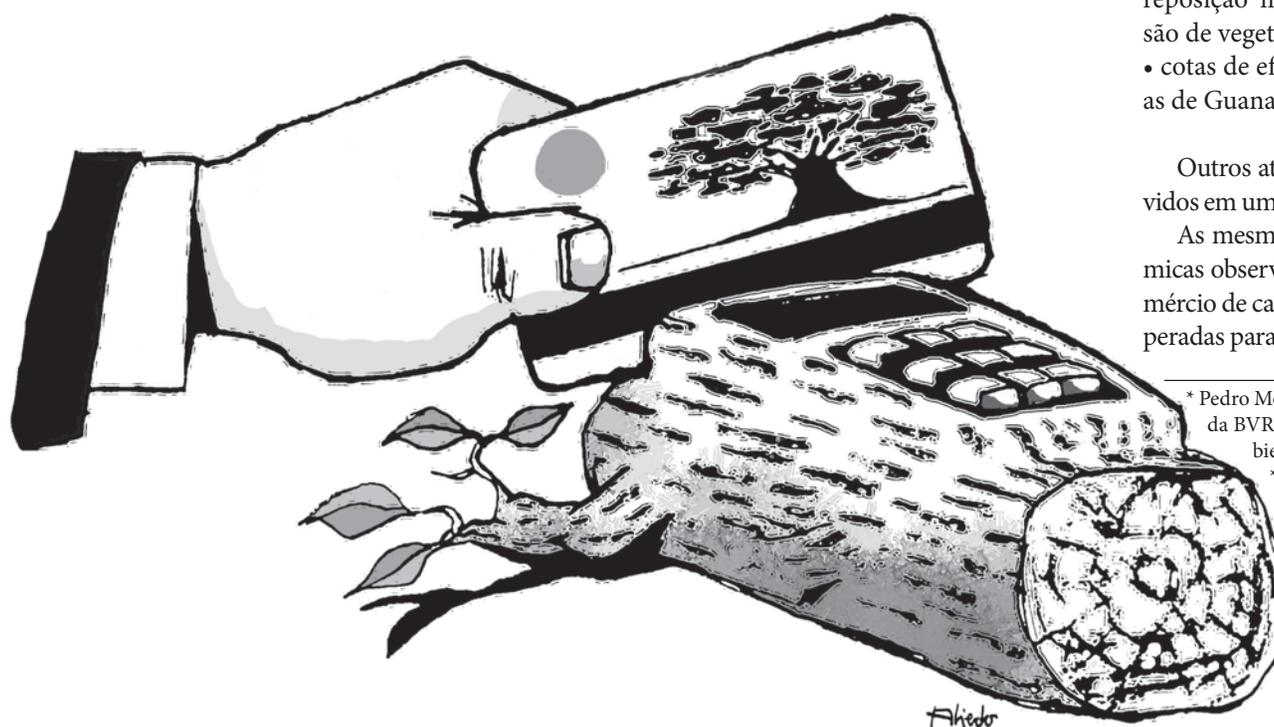
- criação e comercialização de créditos de carbono,
- créditos de logística reversa,
- créditos de reserva legal e de reposição florestal por supressão de vegetação,
- cotas de efluentes para as Baías de Guanabara e de Sepetiba.

Outros ativos serão desenvolvidos em um momento posterior.

As mesmas vantagens econômicas observadas no caso do comércio de carbono podem ser esperadas para estes outros setores.

* Pedro Moura Costa é o Presidente da BVRio – bolsa de valores ambientais do Rio de Janeiro.

** Walter Figueiredo De Simoni é o Superintendente de Economia Verde do Governo do Estado do Rio de Janeiro, encarregado da criação do sistema de comércio de carbono estadual do Rio de Janeiro



A Economia cinzenta pode virar verde?

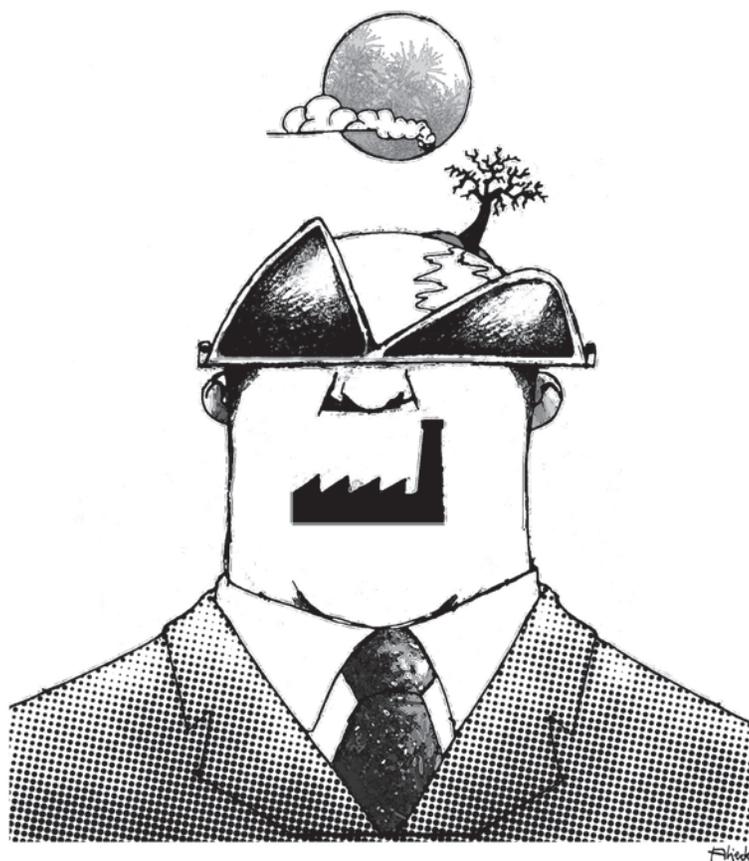
■ Marcos Arruda e
Sandra Quintela*

“A Rio+20 será um ponto de partida”, disse Maria Luíza Vioti, embaixadora brasileira nas Nações Unidas, lembrando que as negociações em temas como água, oceanos e segurança alimentar estão partindo quase da estaca zero.

E isto, vinte anos depois da Rio92...

Este fato indica a importância de que a Cúpula Oficial da Rio+20 faça uma avaliação crítica dos resultados práticos de 20 anos de Conferências e acordos internacionais, para identificar os avanços, os retrocessos e as áreas estagnadas, para detectar as causas e definir as estratégias de ação, as metas e as formas de torná-las compulsórias. Nada disso. Os oficialistas (ONU, governos do mundo rico, corporações transnacionais) decidiram cancelar este tema do programa da cúpula oficial, deixando dois outros: Economia Verde e um novo órgão de governança ambiental na ONU.

O pretexto é que “é hora de olhar para frente e construir o futuro”... Nada mais hipócrita. Pois o passado foi tecido por três outras Cúpulas do gênero, mais outras Conferências sobre temas sociais e ambientais específicos, e os resultados concretos são predominantemente fracassos, que ampliam as ameaças ligadas às mudanças climáticas, ao desmatamento e às consequências savanização e desertificação de regiões antes florestadas, ao degelo das calotas e das geleiras, à escassez crescente de água potável, à expansão da contaminação por agrotóxi-



cos das águas, solos e alimentos, à acelerada redução da biodiversidade.¹ Em síntese, é a vida no planeta que está e vai continuar sob ameaça, sem que os principais responsáveis queiram ir às suas raízes, que estão plantadas no modelo de desenvolvimento centrado no mercado, no lucro e no crescimento econômico ilimitado.

No pouco espaço deste artigo, vamos ao essencial, que é a pergunta do título.

Quem promove a proposta de mudanças na economia mundial sob o nome de Economia Verde são os países ricos, acompanhados pelas elites dos ‘países em desenvolvimento’, inclusive o Brasil. O bloco oficialista, além de cancelar do programa o balanço crítico dos 20 anos de tratados internacionais, substituiu

a retórica do Desenvolvimento Sustentável pelo eufemismo Economia Verde. É que Desenvolvimento Sustentável está identificado com aqueles 20 anos de tratados, cujos resultados são fracos, nulos ou negativos. Caso vingue, a Economia Verde imporá à humanidade um ciclo parecido com o da revolução dos agrotóxicos do pós-guerra, que recebeu o nome simpático e enganoso de Revolução Verde.

A premissa desta proposta é que a crise ambiental resulta de a humanidade não tratar a natureza como capital. A proposta da Economia Verde consiste em completar o triângulo de poder do capitalismo: nos ângulos três mercadorias – o ser humano, as máquinas e agora a natureza – e no centro o capital. O objetivo da Econo-

mia Verde é, pois, a criação de um ambiente propício para o investimento privado nos bens comuns da natureza que escaparam de ser privatizados na Rio92: conhecimentos tradicionais, água, sementes, biodiversidade, oceanos, florestas, atmosfera.² Estes bens formam a rede de vida de uma sociedade livre. Privatizá-los é condicionar a vida humana e de todo o planeta a megacorporações cuja motivação é o lucro e a acumulação de capital.

Que mudanças vão ser negociadas na Rio+20 para realizar esse objetivo?

- Dar preço a estes bens naturais e aos ‘serviços ambientais’,³ dando ao setor privado o controle sobre esses bens e ‘serviços’ a fim de lucrar com eles;
- Menos que gerar produtos reais, desenvolver um mercado fictício de títulos e certificados financeiros que serão negociados pelos bancos, os mesmos que provocaram a crise financeira de 2008 e que receberam trilhões de dólares de fundos públicos⁴;
- Desenvolver ‘tecnologias limpas’ e ativá-las antes de serem testadas (geoengenharia, biologia sintética, nanotecnologia, genômica)
- Impor um regime de transferência de tecnologia que submeterá países do Sul ao controle monopólico da megaindústria sobre o uso de tecnologias não testadas;
- Construir um mecanismo de governança ‘verde’ mais centralizado no quadro da ONU, que privilegia o setor privado e as instituições de Bretton Woods, garantindo o controle privado do ambiente, dos bens naturais



Marcos Arruda

e das mudanças climáticas, e deixando de lado as populações empobrecidas;

- Desenvolver, no quadro da ONU, indicadores e medidas que criem as bases para um mercado mundial de “serviços ambientais” e ecossistemas, quantificando, precificando, privatizando e financeirizando as várias funções da natureza.

Em suma, a economia globalizada, que já é cinzenta pelas desigualdades sociais, pela privação dos direitos da maioria empobrecida do planeta e pela poluição e destruição ambiental que está ameaçando a vida, tende a ficar ainda mais cinzenta: o verde nominal é uma tentativa de esconder o cinza real.

Quando células do organismo desandam a crescer e a se multiplicar desordenadamente, ocorrem tumores que podem ser fatais para a vida do organismo. Na economia não é diferente. No sistema do capital, as grandes empresas industriais, comerciais, de serviços – principalmente os bancos – e o agronegócio, precisam crescer sempre ou desaparecem. Elas não definem um ponto ótimo a partir do qual produzem e vendem o suficiente e usam os excedentes para investir em quali-

dade e para estimular a criação de outras empresas que fortaleçam a cadeia produtiva, em busca de atender melhor às necessidades humanas. Isto é coisa da Economia Solidária.

As grandes empresas são intensivas no uso de capital, de bens naturais e de energia. A economia comandada por elas visa o lucro para si e por qualquer meio. É isto que explica práticas como a de financiamento de campanhas eleitorais, propinas a políticos para compra de favores, envelhecimento artificial de produtos de consumo para acelerar a demanda por novos produtos, destruição parcial ou total de ecossistemas e biomas, especulação financeira, imobiliária e com produtos agrícolas, e outras. Então surge a necessidade de empresários íntegros promoverem os valores éticos e convocarem a classe do capital a posturas de responsabilidade social e ambiental. Mas esta responsabilidade é um aspecto marginal da atividade empresarial, uma espécie de ‘política compensatória’. Com uma mão ávida o grande capital se apropria dos bens naturais e do trabalho humano, repassando os custos para os consumidores, as comunidades locais e os governos. Com a outra mão elas passam algo do seu excedente para obras sociais e melhoras do ambiente. Mas isto não faz parte da sua lógica. Tais benfeitorias são como um aditivo do contrato principal com os acionistas, que é maximizar os ganhos destes e crescer sempre mais⁵.

Sob a forte influência dessas corporações, os Estados nacionais e a ONU renunciavam ao seu mandato democrático, protegendo o interesse privado nas tomadas de decisão sobre política econômica, energética, de transporte,



Sandra Quintela

saneamento, habitação, etc.⁶ Mantendo o PIB como medida da riqueza da nação, o Estado consagra a economia voltada para o lucro a qualquer preço e para a acumulação de capital como atividade dominante da vida da sociedade.

Que economia pode ser verde?

Em dezembro de 2010, a Conferência dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra, com nove mil delegados e 35 mil participantes, lançou a Declaração dos Direitos da Mãe Terra. Uma Assembleia da ONU aprovou por consenso a expressão Mãe Terra. A Declaração apresenta propostas concretas para um desenvolvimento fundado na soberania dos povos, no reconhecimento do direito destes a desenvolver-se com soberania, justiça social e sustentabilidade ambiental. Entre elas:

- Que os orçamentos militares e de defesa se destinem à preservação da natureza, a fim de tornar viável uma economia de alta equidade social e vida de qualidade para todos (bem viver), de baixo carbono, de baixa intensidade energética e de baixo

uso dos bens naturais comuns;

- Que as dívidas sociais e ecológicas sejam reparadas gerando recursos para esse mesmo fim;
- Que se promova a soberania alimentar em oposição ao agro-negócio;
- Que se proibam a geoengenharia e os produtos transgênicos, que implicam riscos ainda desconhecidos e geram monopólios corporativos às custas da dependência dos agricultores familiares;
- Que os serviços básicos sejam controlados pelo Estado social e não privatizados;
- Que se respeitem os direitos dos povos tradicionais, incluindo consulta livre, prévia e informada para que não sejam mercantilizadas as florestas;
- Que o principal sujeito do desenvolvimento e gestor da sustentabilidade sejam as comunidades locais, instrumentadas e educadas para tais fins.

* Marcos Arruda e Sandra Quintela são socioeconomistas do PACS, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro. Agradecemos a Pablo Solón, da Bolívia, e ao Grupo ETC, do Canadá, pela inspiração.

1 Ver a Cartilha “Economia Verde: nova cara do capitalismo”, Rede Jubileu Brasil – no prelo.

2 Em 1992, as corporações originárias dos países ricos negociaram o controle de 23,8% de toda a biomassa do planeta.

3 O conceito de ‘serviços ambientais’ é questionável, pois não se trata de serviços realizados por pessoas, e sim bens que a Terra oferece a todos os seres vivos, entre eles os humanos.

4 Já estão em marcha mecanismos como o comércio de créditos de carbono, o REDD (que recompensa florestas conservadas com títulos que são comprados por empresas com recursos do Banco Mundial e negociados nos mercados de capitais) e outros.

5 Ver como ilustração o “Relatório de Insustentabilidade da Vale”, publicado em abril de 2012 pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, Rio de Janeiro.

6 Ver como ilustração os textos retrógrados e perversos da Câmara e do Senado que visam reformar o Código Florestal brasileiro em favor dos ruralistas.

O Rio tem solução para Clarissa Garotinho

No dia 26 de abril ocorreu na sede do Corecon-RJ o segundo debate da série “O Rio tem Solução?”. A Deputada Estadual Clarissa Garotinho foi a convidada central do debate, que também contou com os comentários do cientista político e pesquisador do Instituto Mais Democracia¹ João Roberto Lopes² e do economista/radialista Paulo Passarinho como mediador.

Inicialmente, a equipe do FPO apresentou os dados sobre a situação financeira da cidade. Em seguida, foram discutidas pela deputada questões referentes à mobilidade urbana e sustentabilidade; gastos com pessoal; educação; saúde e participação popular.

Dep^a. Clarissa Garotinho

Segundo a deputada, a solução passa pela escolha do modelo de cidade que queremos. É relevante saber como o governo vai lidar com a leitura da questão econômica ao tomar suas decisões políticas. Governar é arte de decidir onde os recursos públicos serão aplicados naquilo que for prioridade para os cidadãos.

O recebimento de investimentos para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas deve ser convertido em melhorias para a cidade mesmo quando os megaeventos

acabarem. É preciso inverter a lógica de Rio como “Cidade Olímpica” e pensarmos no legado que esse momento vai nos proporcionar.

Mobilidade urbana e sustentabilidade

A implantação do BRT (Bus Rapid Transit) deve ser revista, pois não se coloca como a mais apropriada; afinal, ele apenas realimenta o sistema de ônibus e não virá acompanhado da redução de tarifas. Este modelo foi adotado por Curitiba há 20 anos e é inadequado ao intenso trânsito carioca. Além disso, o transporte rodoviário é o mais poluente. A frota carioca de ônibus é superior a sete mil e a compensação pela emissão de seus gases necessita de um reflorestamento de dois hectares por ano, ou seja, 12,5% da cidade.

Tal escolha contradiz o discurso do prefeito Eduardo Paes de tornar o Rio uma referência em sustentabilidade. Além de aumentar a desigualdade entre os bairros, pois se investe no metrô para a Zona Sul, enquanto que a Zona Oeste recebe investimentos apenas para modelos que beneficiam um pequeno grupo de empresários de ônibus.

Terceirização

O peso do gasto com servidores públicos foi reduzido,

enquanto o dispêndio com os terceirizados cresceu. Na rede de saúde, por exemplo, criou-se um abismo: o servidor público recebe de dois a três mil reais e o terceirizado de sete a 15 mil reais para a mesma função! É importante uma política que valorize o servidor público, seja por via de aumento dos vencimentos ou pela promoção de concursos públicos. Clarissa destacou que não se coloca totalmente contra a terceirização, mas é contra terceirizar serviços essenciais para a população como a saúde e a educação.

Educação

Clarissa se opôs ao uso de métodos de ensino e cartilhas escolares internacionais, pois nós devemos aprender com as experiências internacionais e não copiá-las. Os Espaços de Desenvolvimento Infantil não estão cumprindo seu papel, porque não realizam atividades que contribuam para o desenvolvimento da criança, pois as crianças estão sempre dormindo ou jogando bola e nunca fazendo alguma atividade educativa.

Saúde

As preocupações do prefeito com o quantitativo de Unidades de Pronto Atendimento (as UPAs) e com o impulso do Programa Saúde

da Família estão equivocadas. Tais estruturas não possuem muitas especialidades e apenas promovem a atenção básica aos pacientes. Alguns postos de saúde, que atendem mais especialidades, acabam substituídos por essas unidades e agravando o atendimento mais abrangente.

Esferas governamentais afinadas

A convergência das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) proporciona uma elevação dos recursos financeiros aplicados no Rio de Janeiro. Por outro lado, essa “unidade” tem criado um grande consórcio de poucos empresários que dominam e comandam as principais obras e serviços governamentais. A Delta S/A, envolvida no escândalo “Cachoeira-Demóstenes”, é uma destas empresas. O resultado da convergência é o aumento de obras emergenciais, que dispensam licitação e abrem margem para o desvio de recursos governamentais.

João Roberto Lopes vê promiscuidade na política

O comentarista fez uma análise das relações do setor público com a iniciativa privada e lembrou o noticiário sobre financiamento de campa-

na, fornecimento de jatinhos e apadrinhamentos como exemplos da enorme promiscuidade na atividade política. Além disso, expôs o favorecimento de determinados grupos econômicos, sobretudo as empreiteiras, nos processos licitatórios e empréstimos do BNDES como o “problema” a ser resolvido.

João fundamentou esse processo, no caso de obras relacionadas com a realização dos megaeventos esportivos programados, através de:

- mudanças na legislação (na lei do Plano Diretor para favorecer o consórcio Porto Maravilha);
- regime diferenciado no processo de contratação;
- remoções forçadas, técnica e socialmente insustentáveis, para a valorização imobiliária.

Ele citou o caso da Transcarioca, que teve o financiamento do BNDES suspenso pelo Tribunal de Contas devido à falta de licenciamento ambiental para a obra.

Ainda sobre o fortalecimento de certos grupos econômicos, João mencionou a migração de empreiteiras para as áreas de infraestrutura urbana, através de concessões de prestações de serviços ur-

banos (esgoto, coleta de lixo, etc.), como é o caso da Odebrecht na concessão do Porto Maravilha.

A corroboração governamental no favorecimento mencionado também acontece nos gastos com segurança pública, voltados, segundo ele, para a elitização da sociedade e o uso mercantil da cidade. Para isso, se promove a criminalização de qualquer movimento social contrário aos megaeventos. No entanto, há resistência e um crescente descontentamento em relação aos rumos políticos da cidade, evidenciado pelo fortalecimento de movimentos sociais políticos.

Por fim, concluiu que as mudanças radicais que visam beneficiar a população implicam uma postura de maior autonomia do estado em suas diferentes esferas. Assim, João questionou a convidada se não seria possível rever os contratos tipificados na análise ou a lógica dos grandes eventos.

A aliança DEM e PR em xeque

Já o mediador Paulo quis discutir a aliança entre os partidos Democratas e Republicano. Enquanto Rodrigo Maia

representa uma corrente liberal na política brasileira, Clarissa Garotinho representa uma vertente mais ligada ao trabalhismo. Tal aliança não representaria um pragmatismo oportuno?

No debate que se seguiu também surgiram perguntas sobre o trato com a perda relativa da arrecadação com o IPTU (conforme os dados já apresentados nas edições deste ano) e o comprometimento financeiro com a Dívida Pública.

Considerações Finais

A deputada se mostrou favorável à possibilidade levantada por João Roberto de se rever os contratos de licitações, contanto que não se trate de uma “caça às bruxas”, pois considera a participação do setor empresarial, assim como os outros setores da sociedade, essencial. As ações deste grupo, no entanto, devem estar de acordo com as necessidades da sociedade e seus conformes legais.

Sobre a aliança eleitoral, reconheceu as divergências ideológicas entre os dois partidos, porém ressaltou que na conjuntura brasileira é impossível fazer uma clara distinção entre esquerda e direita. Qua-

se todos partidos adotam políticas de vertentes variadas e, portanto, a atual aliança entre DEM e PR não configura uma real incoerência.

A deputada disse que ainda não tem opinião formada sobre a perda de importância da arrecadação do IPTU. E quanto ao gasto da dívida colocou na mesma abordagem dos contratos.

Ao final, Clarissa Garotinho acrescentou que o Rio deve buscar soluções de forma coletiva, ou seja, ter participação popular para que as necessidades dos cidadãos sejam mais bem sinalizadas. Para tanto, Clarissa propõe que os administradores de cada bairro sejam escolhidos por eleição. Dessa forma, acredita, a prefeitura ficará mais sensível aos reclamos apresentados pela população.

Enfim, o melhor caminho para se definir o modelo ideal para a cidade será através do aprofundamento da democracia.

1 Organização voltada ao monitoramento das relações do Estado, em suas mais diferentes esferas, com o setor privado.

2 João Roberto é um dos fundadores do Fórum Popular do Orçamento, atividade a qual lhe possibilitou atuar como coordenador do orçamento participativo no governo de Anthony Garotinho (1998-2002).

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaborou o Est. Thiago Barbosa.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Est. Pedro Aguiar e Est. Talita Araújo. fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

Corecon-RJ recebe até junho inscrições para Prêmio de Monografia

Estão abertas até 18 de junho as inscrições para o XXII Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado – 2012. Podem concorrer os cinco melhores trabalhos de cada instituição de ensino do Estado do Rio de Janeiro, apresentados no primeiro e segundo semestres de 2011. Cabe ao responsável na universidade ou faculdade selecionar os trabalhos e solicitar através de ofício a inscrição junto ao Conselho.

Instituído em 1990, o concurso tem como objetivo premiar os melhores trabalhos de conclusão do curso de graduação em Economia de estudan-

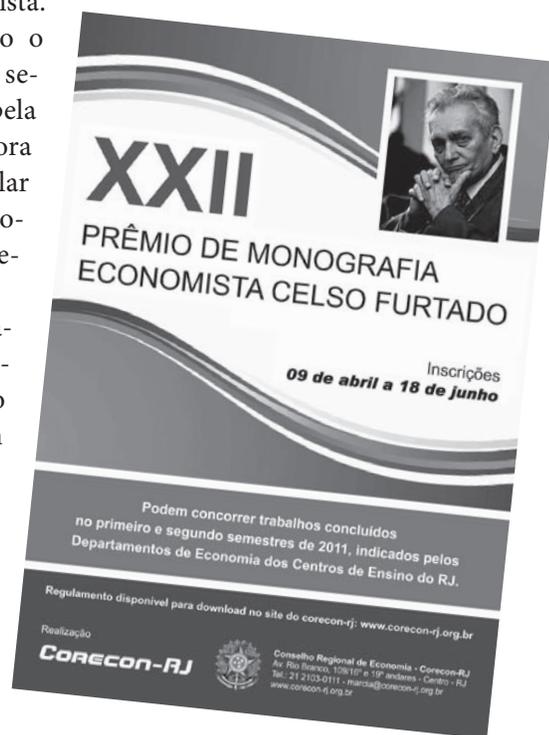
tes das instituições no estado.

Os estudantes vencedores receberão os seguintes prêmios em dinheiro: 1º lugar, R\$3.182; 2º lugar, R\$2.121; e 3º lugar, R\$1.378. Segundo a legislação vigente, sobre os valores da premiação incidirá o desconto de imposto de renda na fonte. O Jornal dos Economistas publicará resumos das três monografias vencedoras e do trabalho laureado com a menção honrosa.

A divulgação dos resultados, que será feita através da página www.corecon-rj.org.br, está prevista para 7 de agosto. A cerimônia de premiação foi provisoriamente marcada para 13 de agosto,

to, Dia do Economista. A data, assim como o local da premiação, serão confirmados pela comissão organizadora do evento, cujo titular é o conselheiro do Corecon-RJ Edson Peterli Guimarães.

A banca examinadora, que será composta por quatro profissionais com notório saber no campo da Ciência Econômica, está em processo de definição. O Corecon-RJ divulgará em breve os nomes dos examinadores.



Corecon-RJ, Fórum Popular do Orçamento - RJ e Programa Faixa Livre

Convidam para o debate

O Rio tem solução?



Sempre às quintas-feiras, às 18h30

Debatedores

24/05 – Dep. Aspásia Camargo (PV) – (a confirmar)

31/05 – Ver. Marcelo Freixo (PSOL)

Informações: 2103-0120 • 2103-0121
www.corecon-rj.org.br/fporj.asp

No auditório do Corecon-RJ
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Centro

Agenda de cursos

Maio

- Tópicos Energia com foco em Concursos Públicos. 22 de maio a 19 de junho

Junho

- Macroeconomia e Microeconomia para concursos. 18 de junho a 24 de setembro

Julho

- Para entender a conjuntura econômica. 5 a 26 de julho

Agosto

- Financiamento à inovação no Brasil. 1 a 29 de agosto
- Mercado de previdência complementar. 2 de agosto a 20 de setembro

- Redes Neurais Artificiais aplicadas à Economia. 7 de agosto a 29 de setembro

Setembro

- Perícia. 5 de setembro a 23 de novembro

Outubro

- Regulamentação prudencial, evolução dos mercados e sistemas financeiros. 1 de outubro a 19 de novembro
- Teorias dos jogos. 2 de outubro a 1 de novembro
- História do pensamento macroeconômico. 1 de outubro a 19 de novembro

Informações: www.economistas.org.br